



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

**TERMO DE REFERÊNCIA DO QUARTO DO MERCADO PÚBLICO
MUNICIPAL**

Licitação para Permissão Onerosa de Uso do quarto 22, localizado no Mercado Público Municipal sito a Rua General Osório s/nº, observando-se os seguintes itens:

1. O quarto 22 destinar-se-á para o ramo de floricultura com área de 19,17m².
2. O valor mensal mínimo de locação para o quarto nº 22, será de R\$ 482,07(Quatrocentos e oitenta e dois reais e sete centavos) e será reajustado anualmente, a partir da data de assinatura do contrato, pela variação acumulada do INPC no período.
 - 2.1. O valor mensal da permissão deverá ser pago na Secretaria de Município da Fazenda – SMF, até o quinto dia útil do mês subsequente.
 - 2.2. Os valores do presente contrato não pagos na data do adimplemento da obrigação sofrerão multa de 10% e serão corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento pelo percentual de 0,033% ao dia.
3. O prazo da permissão será de (05) anos a contar da data da assinatura do contrato.
4. Quaisquer benfeitorias que se façam necessárias serão da inteira responsabilidade da Permissionária, deverão estar em conformidade com o PLANO DE RESTAURO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL e somente poderão ser executadas com a devida autorização pela Concedente e mediante projeto aprovado pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento – SMCP.
 - 4.1. Os custos das benfeitorias realizadas não serão abatidos no valor das prestações mensais das locações e passarão a fazer parte do Patrimônio do Município.
5. Declaração expressa do licitante que manterá as características da referida dependência, obedecendo o padrão existente, bem como todos os pagamentos relativos às despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel, ora cedido, bem como tributos municipais, estaduais, taxas de água, esgoto, luz, condomínio de energia elétrica encargos sociais e outros que por ventura vierem a surgir.
6. A área do quarto nº 22 é 19,17m² e não será permitida alteração das características arquitetônicas das dependências, bem como a colocação de produtos fora da área mencionada constituindo-se motivo para a imediata rescisão;
7. A proposta vencedora será aquela que ofertar melhor preço, sendo desclassificadas as propostas com valor inferior ao estabelecido no item 2.
8. Declaração expressa do licitante que manterá o local em perfeito estado de conservação e uso, com água e energia elétrica, e que tem pleno conhecimento do



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

Decreto Municipal nº 13.335, de 04 de maio de 2015, que regulamenta a organização e o funcionamento das dependências do Mercado Público Municipal.

9. Declaração expressa do licitante de aceitação das condições do Edital, sem qualquer restrição.

10. Não será permitido alterar a razão social e também o ramo de atividade, durante o período de vigência da presente concessão. O seu descumprimento autorizará a rescisão imediata do contrato.

11. Devolução do imóvel, em perfeitas condições de uso, ao término da vigência do Termo de Permissão, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

12. A Permissionária, na vigência do contrato, será a única responsável, perante terceiros, excluindo a municipalidade de qualquer reclamação e indenização.

13. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

14. Manutenção do comércio em perfeito funcionamento, durante os doze meses de cada ano do contrato, sem interrupção, sendo que o seu descumprimento sem qualquer justificativa devidamente comprovada sujeitará à aplicação de uma multa diária 10% do valor da permissão pelo lapso de tempo devidamente comprovado pelo não funcionamento da atividade.

15. Declaração expressa da licitante que concorda em efetuar todas as exigências de funcionamento da Secretaria de Município da Saúde - SMS. Vigilância Sanitária.

16. O atestado de visita deverá ser agendado junto a Secretária de Município em até (02) dois dias úteis antes da sessão de abertura da licitação.

17. Compromisso da licitante, no caso de já ser permissionária de dependência no Mercado Público Municipal, de desfazer-se da permissão anterior caso venha sagrar-se vencedora da licitação.

18. Serão vedadas as participações de pessoas jurídicas enquadradas nas disposições do Art.9º da Lei Federal nº 8.666/93.

19. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atenderem às exigências do Edital.

20. O vencedor do processo licitatório terá 05 (cinco) dias úteis a contar da data da homologação para comprovar a solicitação de alteração ou a criação de filial na JUCERGS- Junta comercial do Rio Grande do Sul.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

20.1. O descumprimento deste requisito implicará na não assinatura do Termo de Contrato de Permissão de Uso Oneroso com o Município.

21. Não serão permitidas a colocação e comercialização de mercadorias fora da dependência locada ou colocação mesas e cadeiras no passeio público (calçada);

José Leomar Soares
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário